SUPERANDO OS LIMITES E DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANDRA SILVANA CODINHOTO

RESUMO
Genitores e educadores enfrentam uma grande incerteza ao tentar compreender como evitar que os jovens realizem todos os desejos. Para alcançar algum desfecho, é essencial ponderar. É crucial salientar que fronteiras e normas devem ser honradas, pois estas existem devido à nossa interdependência, já que não existimos isoladamente no mundo, o que nos impede de agir unicamente em busca da nossa própria satisfação, dos nossos anseios e prazeres. A criança surge em um contexto social: a família. E para uma convivência harmoniosa, as fronteiras são essenciais. A maioria das crianças, ainda no século anterior, foram orientados por seus genitores e pelo ambiente escolar em um cenário no qual falavam pouco e acatavam as diretrizes dos adultos, que detinham o conhecimento e todas as regras da moralidade. Se desobedecessem a uma ordem, eram punidos com penalidades e, por vezes, com agressão física. Os responsáveis anseiam pela felicidade de seus filhos e, frequentemente, dizer não é angustiante. É imprescindível ter consciência de que negar, na realidade, é um gesto de afeto. Educar com carinho não significa ceder a todos os desejos dos filhos, mas prepará-los para a convivência em sociedade. Se os genitores não negarem, a sociedade o fará, e os jovens, diante dessa recusa, talvez se vejam surpreendidos e sem saber como lidar com as adversidades e frustrações que surgem. Portanto, negligenciar as fronteiras é mais uma evidência de descuido em relação à formação dos filhos do que um ato de amor.

Palavras-chave: Convivência Harmoniosa; Crianças; Formação.

INTRODUÇÃO

Conforme Tania Zagury (1998), parece existir um receio por parte dos educadores e professores em estabelecer limites. Talvez isso ocorra devido ao fato de os adultos não desejarem agir de forma autoritária sem antes considerar a perspectiva da criança.

Os educadores influenciados pela corrente da escola moderna e a preocupação em compreender os modos como o indivíduo aprende, bem como a valorização da infância, passaram a respeitar os alunos no que dizem, pensam e fazem, o que resultou em um avanço significativo no desenvolvimento de indivíduos mais críticos, reflexivos e criativos. Contudo, é crucial estar atento para que a criança não assuma uma postura autoritária na relação professor-aluno.

Uma estratégia observada na interação entre pais e filhos, bem como entre professores e alunos, para estabelecer limites é que frequentemente os adultos expressam e comunicam que estão entristecidos diante do descumprimento das regras. Em um primeiro momento, isso é positivo, pois mostra à criança que desrespeitar as normas pode causar dor ao outro. No entanto, o apelo emocional diante da violação das normas pode se transformar em uma forma de chantagem emocional que gera culpa na criança e consequências danosas para o equilíbrio afetivo.

Quando pais e professores negam algo a uma criança, devem ser firmes, caso contrário, isso pode ser interpretado pela criança como um consentimento disfarçado, um estímulo para continuar agindo de forma inadequada. No entanto, o adulto só será firme em negar algo se tiver certeza do motivo que o leva a agir dessa forma.

Se a criança pequena, em interação com o adulto, acredita que todos os seus desejos serão atendidos, ela não conseguirá viver em comunidade, colaborar e ser auxiliada. Será levada a pensar que todos, sem restrições, são responsáveis por satisfazer seus desejos. Se todas as crianças forem educadas dessa maneira, nossa sociedade se transformará em um campo de competição egoísta.

Princípios éticos são essenciais para guiar a vida em coletividade. Os princípios estão mais ligados às ações do que aos sentimentos. É impossível que todos se amem da mesma forma, ou com a mesma intensidade, e isso também se aplica à amizade. Sentimos afeto de maneiras diversas em relação a diferentes pessoas. Afinal, somos seres humanos.

Os adultos frequentemente usam máscaras para esconder emoções, algo que as crian-

ças ainda não sabem gerir completamente, pois costumam ser sinceras. Será necessário dissimular sentimentos para uma convivência harmoniosa? Ocultar sentimentos negativos, como inveja ou ciúme, pode fomentar relações positivas, mas é fundamental trabalhar e impor limites às emoções para manter o equilíbrio emocional.
Atualmente, os meios de comunicação incentivam a exposição total da vida pessoal de celebridades e até de pessoas comuns, promovendo um exibicionismo desmedido. Muitas crianças se sentem encorajadas a imitar esse comportamento.
A distinção entre o público e o privado é crucial para preservar a individualidade de cada um. No passado, as pessoas adotavam máscaras sociais, conformando-se às expectativas da sociedade, moldando comportamentos e personalidades para serem aceitas. Hoje, por meio da mídia, as pessoas anseiam pela exposição de suas vidas pessoais. Biografias que antes retratavam o contexto social e histórico em que alguém vivia agora concentram-se na minuciosa análise da vida privada, desde a infância, adolescência, relacionamentos amorosos, casamentos e emoções.
Proteger a intimidade é um ato de autoconhecimento, autopreservação e autocompreensão, não egoísmo. Nesse sentido, o sigilo na educação infantil é essencial para um desenvolvimento psicológico saudável.
Por que é tão crucial que as crianças resguardem sua intimidade? A percepção da intimidade se forma à medida que a criança adquire consciência de si própria e, ao ser notada por outros, tem a oportunidade de revelar habilidades ou características sem pressão externa, além de gerar um senso de vergonha.
A intimidade preserva a autenticidade do indivíduo. Portanto, expor a privacidade implica estar constantemente sujeito ao juízo alheio, o que pode minar a autoconfiança, o valor pessoal e a autoestima.
Dessa forma, estabelecer limites é fundamental para uma convivência harmoniosa consigo mesmo e com os demais na esfera social.

O ENSINO E SEUS DESAFIOS

Uma vez que a educação é um desafio crucial e complexo para a humanidade, pois o discernimento depende da instrução e esta, por sua vez, do discernimento, ou seja, a habilidade do ser humano de avaliar, contrastar, analisar, ser razoável, progredir por meio da instrução. E, a instrução só evolui, se aperfeiçoa para o próprio refinamento do ser humano por meio do discernimento.
O ensino é essencial para o ser humano, dado que é o único ser que é instruído (condição humana, sem isso não nos perpetuaríamos de uma geração para outra) e que necessita ser instruído para desenvolver sua humanidade e sua capacidade crítica. Ser humano é ser crítico, é ter certeza sobre os desafios que enfrenta ou enfrentará ao longo da vida. O ser humano é moldado pela instrução que recebe.
O ser humano carece de cuidados e orientação (ordem e ensinamento) e ele só se torna verdadeiramente humano por meio da instrução. A instrução deve explorar as inclinações naturais, habilidades e virtudes do ser humano.
A ordem civiliza a natureza selvagem do ser humano e deve ser introduzida à criança desde tenra idade para não comprometer a formação do caráter. A criança deve compreender os limites e não é benéfico superprotegê-la, pois mais adiante terá de enfrentar sozinha os desafios que surgirão ao longo de sua vida.
O ser culto é aquele que consegue acumular conhecimento. Contudo, o mais importante é que o ser humano possua valores morais, que norteiem sua vida visando o bem comum.
O ideal para a espécie humana é o desenvolvimento das inclinações do ser humano para o bem, em última análise, o aprimoramento humano – tornar-se melhor do que se é, superar-se são questões que devem ser estabelecidas como meta da instrução, como um objetivo necessário a ser atingido: "o melhor pelo melhor em prol do melhor", ou seja, a melhor instrução (em termos de ordem, moral e aprimoramento intelectual da humanidade) pelos melhores educadores, que estão mais aptos a garantir que o ser humano alcance seu potencial, para que aqueles indivíduos sensíveis possam ter suas inclinações naturais e virtudes desenvolvidas.
De acordo com as observações de De La Taille (1998), práticas que se concentram exclusivamente nas suposições dos estudantes reforçam a tendência ao egocentrismo, limitam a compreensão aprofundada de conhecimentos

científicos e conceituais, e levam o indivíduo a acreditar que é o ponto focal do universo, o que, em nossa visão, prejudica a sensação de pertencimento ao grupo, a capacidade de se colocar no lugar do outro e a disposição para considerar perspectivas diferentes, aspectos essenciais para relações respeitosas.
Refletindo sobre a proposta de De La Taille (1998) de ultrapassar barreiras, é crucial destacar a necessidade de superar limitações no âmbito individual. Mesmo na fase adulta, a maioria das pessoas tem potencial para progredir em diversos aspectos, já que estamos em constante aprimoramento.
A humildade permite que o ser humano reconheça suas imperfeições, o que está intrinsecamente ligado à autoestima e à valorização pessoal, elementos que se constroem desde a infância. Se uma criança recebe apenas elogios, sendo considerada perfeita em tudo o que faz, pode enfrentar desafios no futuro. A sociedade age como um espelho, validando ou refutando certas concepções que temos sobre nós mesmos. Assim, o indivíduo que se vê como perfeito acabará frustrado e sua autoestima frágil se despedaçará. Além disso, a perfeição não deixa espaço para melhorias em termos de habilidades, capacidades e outras áreas.
La Taille (1998) defende que a educação convencional visa ajudar a criança a superar desafios e obstáculos, mas ressalta que a educação de qualidade deve considerar o respeito pela criança, que é capaz de reflexão e pode contar com os adultos como parceiros para discutir questões morais. Portanto, ele acredita que os limites vão além de restrições; eles devem ser ultrapassados.

A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL
A função desempenhada pelas instituições de ensino voltadas para crianças pequenas no Brasil e no cenário global está em constante transformação, adaptando-se aos contextos históricos e visões específicas sobre a infância em diferentes períodos.
Com o advento da industrialização no território brasileiro, a posição da mulher na sociedade sofreu mudanças significativas. Com sua participação no mercado de trabalho dentro de um sistema capitalista, surgiu a necessidade de estabelecer um sistema público e organizado para cuidar de seus filhos menores de seis anos enquanto elas se dedicavam às suas jornadas diárias.
Conforme mencionado por Sanches (1998, p. 96):

"A assistência à infância se tornou crucial para a estabilidade social. As primeiras instituições de acolhimento surgiram para atender crianças de camadas desfavorecidas, órfãos e filhos de trabalhadores, retirando-os das ruas e oferecendo-lhes um ambiente seguro. As vilas operárias foram construídas próximas às fábricas, incluindo mercearias, escolas, creches e clubes esportivos, com apoio de entidades filantrópicas, mulheres da alta sociedade e do governo. A premissa era de que cuidando bem das crianças dos operários, estes trabalhariam mais satisfeitos e seriam mais produtivos. Na década de 1920, o Estado passou a conceder incentivos fiscais para o cuidado das crianças, fornecendo professores, funcionários, materiais pedagógicos e mobiliário escolar, enquanto a sociedade civil se encarregava da manutenção e prestação de serviços."

Durante as décadas de 1980 e 1990, a educação voltada para crianças de zero a seis anos recebeu um forte impulso com a consagração, pela Constituição Brasileira, do direito à educação desde o nascimento. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) formulou uma nova abordagem para a Educação Infantil, visando o "desenvolvimento integral da criança até os 6 anos de idade, contemplando seus aspectos físicos, psicológicos, intelectuais e sociais, em complemento às ações da família e da comunidade".
Designada como a primeira fase da Educação Básica, a Educação Infantil passou a ser um componente essencial do processo educacional e, por conseguinte, do processo de ensino, tornando-se inadmissível qualquer negligência para com a base educacional.
A Constituição de 1998 não determina que a Educação Infantil deva obrigatoriamente ocorrer em instituições públicas, indicando que a educação recebida pela criança em seus dois primeiros anos de vida é suficiente e adequada para atender às suas necessidades.
Ao longo de sua trajetória histórica, a Educação Infantil foi dividida em duas etapas: a creche, com foco assistencial, e a pré-escola, com enfoque educacional. A LDBEN preservou

essas estruturas tradicionais, mas introduziu o termo "instituições equivalentes". A decisão de manter o termo "creche" foi deliberada, com o objetivo de preservar seu significado social, sensibilizando os constituintes para a realidade das crianças e famílias trabalhadoras, contribuindo para a inclusão de direitos infantis na Constituição.
Atualmente, a distinção entre creche e pré-escola é feita com base exclusivamente na idade das crianças atendidas. Isso significa que, de acordo com a LDBEN, essas duas instituições não se diferenciam em termos de propósito, objetivos e conteúdo dos serviços prestados às crianças.
O Plano Nacional de Educação (PNE) dedica um capítulo específico à Educação Infantil, estabelecendo metas para o intervalo de zero a seis anos, sem distinção por idade ou tipo de instituição, exceto quando se referem às metas de atendimento por faixa etária e à inclusão das creches nos registros estatísticos nacionais. A proposta explícita é que a Educação Infantil, desde o nascimento até a entrada da criança no Ensino Fundamental.
É importante destacar que, conforme Winnicott (1982, p. 39) menciona:

A função da instituição de ensino para crianças pequenas não é substituir a presença materna, mas complementar e expandir o papel que, nos primeiros anos da criança, somente a mãe desempenha. Uma instituição para crianças pequenas, como uma creche ou jardim de infância, pode ser mais adequadamente vista como uma extensão da família 'para cima', em vez de uma continuação 'para baixo' da escola primária.

Com essa observação, ressalta-se que ao ingressar na escola, a criança não abandona sua esfera afetiva, mas sim é esperado que ela amplie suas interações. Portanto, é responsabilidade da escola de Educação Infantil criar um ambiente social e afetivo saudável para a criança.
Com a revisão da ideia de criança, que deixa de ser considerada como objeto de cuidados e passa a ser vista como sujeito de direitos, a Educação Infantil se viu confrontada com a necessidade de reavaliar seu papel e eliminar a divisão entre cuidar - função da creche - e educar - atribuição da pré-escola.

Essa divisão tem suas raízes em um passado onde se acreditava que a criança era uma folha em branco na qual a família e a sociedade inseriam conhecimentos, hábitos e comportamentos - uma razão para simplesmente educar ou a ideia inata de que tudo estava adormecido, como uma semente ou potencialidade aguardando o amadurecimento físico para se manifestar. Bastava aguardar. Assim, cuidar da criança era suficiente para garantir sua sobrevivência às mudanças físicas, psicológicas e sociais, com o desenvolvimento do adulto sendo uma consequência natural.
Para superar esses paradigmas, o RCNEI (1998, p. 23) indica:

... a necessidade de que as instituições de educação infantil incorporem de maneira integrada as funções de educar e cuidar, não mais diferenciando nem hierarquizando os profissionais e instituições que atuam com crianças pequenas e/ou aqueles que trabalham com as maiores.

Considerando, então, que tanto na creche quanto na pré-escola, a criança tem necessidade e direito de ser cuidada e educada, outros conceitos se fazem necessários.
O desenvolvimento da criança passa a ter uma conotação interacionista e global, considerando, esta, em seu contexto social, ambiental, cultural e suas relações em busca de uma construção autônoma.
Outro elemento significativo no progresso infantil que abrange os aspectos de Cuidar e Educar é a relevância da participação do facilitador nesse procedimento. Com efeito, é sabido que a infância evolui por meio de interações emotivas e do contato com os outros, sendo o mediador, de fato, o facilitador, quem desempenha o papel intermediário entre a criança e o ambiente, promovendo a conexão entre crianças. É essencial que sempre exista a formação de uma ligação entre quem zela e instrui e quem é assistido e educado.
Piaget (1982) evidência em suas investigações que as crianças interpretam suas vivências nos ambientes sociais e físicos, e, assim, constroem seu próprio saber, sua cognição e seu código ético, ou seja, o conhecimento se forma na interação indivíduo – ambiente, fundamento do Construtivismo. Para Piaget, a criança é um agente ativo que formula suas

próprias teorias e suposições com base na interação com o ambiente. Afinal, para ele, o ambiente modela o cérebro e transmite informações a ele; enquanto isso, a mente humana possui estruturas fundamentais para converter essas informações em conhecimento.
Essa teoria contrasta com a abordagem convencional de ensino, conforme Piaget (1982, p. 97) mesmo afirma:

Se considerarmos que o propósito da educação intelectual é desenvolver a inteligência em vez de simplesmente encher a memória, e criar pesquisadores em vez de apenas estudiosos, então podemos observar uma lacuna evidente no ensino tradicional.

Na educação convencional, a metodologia se baseia na repetição mecânica dos conteúdos, e o educador é o principal transmissor do conhecimento. Por outro lado, no Construtivismo, o educador é um incentivador do aprendizado que, por meio de discussões, ou seja, diálogo aberto com contribuições mútuas entre aluno e educador, auxilia no desenvolvimento da criança.
A fase inicial da vida é reconhecida como o período da exploração, onde todo conhecimento é adquirido com relativa facilidade. Um estágio abundante que, se devidamente moldado, abrirá caminho para uma ampla gama de aprendizados valiosos, contribuindo para a formação de um indivíduo completo e apto a interagir na sociedade.

A percepção da infância é recriada pelos adultos por meio de um processo complexo: por um lado, ela está ligada a um conjunto de valores e aspirações da sociedade, e, por outro, depende das percepções individuais do adulto, que incorporam lembranças de sua própria infância. Assim, se a visão contemporânea da infância reflete o contexto atual, ela também carrega uma visão idealizada do passado do adulto, que inclui suas próprias experiências infantis. A infância representada no brinquedo incorpora elementos do mundo real, com seus valores, modos de pensar e agir, e a imaginação do criador do objeto (KISHIMOTO, 1995, p.50).

Considerando que cada indivíduo possui ritmos e métodos únicos de desenvolvimento para caminhar, falar, brincar, comer, ler e escrever, conclui-se que a educação deve ser direcionada a essas perspectivas, levando em conta as múltiplas dimensões e compreendendo o desenvolvimento como um processo ininterrupto. A concepção atual de criança, como um ser humano, um sujeito social e histórico inserido em uma estrutura familiar específica, dentro de uma cultura determinada, com direitos e responsabilidades, é relativamente recente e foi construída de maneira diversificada ao longo da história.
Para Rousseau (1712-1778), citado por Elias (2000, p. 30): "A criança não é uma versão em miniatura do adulto, ela tem sua própria narrativa, é um ser tangível e real, que desde cedo constrói suas próprias vivências".
Dessa forma, a criança desempenhou vários papéis nas sociedades e seu desenvolvimento tornou-se objeto de estudo. A palavra "criança" costumava denotar falta de idade, maturidade ou integração social adequada. Portanto, essa definição não se restringe apenas à idade, pois está associada a papéis específicos e essas funções estão intimamente ligadas à classe social à qual a criança pertence.
O envolvimento da criança no processo produtivo, a duração da educação formal, o processo de socialização dentro da família e da comunidade, e as atividades cotidianas variam dependendo da posição da criança e de sua família na estrutura socioeconômica. Se essa integração social difere, seria inadequado pressupor a existência de uma população infantil uniforme, em vez de reconhecer diferentes populações infantis com processos desiguais de socialização.
No Brasil, "criança é considerada qualquer indivíduo com idade entre zero e doze anos" (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990). A concepção de infância não foi sempre a mesma. Ela surgiu com a sociedade capitalista, urbano-industrial, à medida que mudava o papel e a inserção social da criança na comunidade. Esse conceito de infância é moldado pela alteração das formas de organização da sociedade.
A estrutura social estabeleceu diferentes estratos dentro dos quais a função infantil varia. A concepção de uma infância global foi moldada pelas classes dominantes a partir de seu modelo convencional de infante, com critérios de idade e dependência adulta, caracterizan-

do um papel social específico assumido por ela.
Agora, no Brasil, "criança" refere-se a qualquer indivíduo com idade entre zero e doze anos, segundo o Estatuto da Juventude e do Jovem - EJJ, de 1990. A instituição escolar marca a trajetória dos jovens. Muitos frequentam estabelecimentos de ensino desde tenra idade. Contudo, a transição para o ensino fundamental representa um momento crucial no progresso educacional das crianças, em termos de assimilação de conhecimento, valores e comportamentos. As mudanças ocorrem nos ambientes físicos, nos horários, nas interações com colegas e adultos, e na rotina, destacando a redução do tempo dedicado ao brincar.

O educador é um profissional da humanidade que: auxilia no crescimento pessoal/inter-subjetivo do discente; facilita o acesso do aluno ao saber (como informante informado); é um indivíduo culto que domina profundamente sua área de especialização (científica e educacional/pedagógica) e seus contributos para a compreensão do mundo; é um analista crítico da sociedade, intervindo nela por meio de sua atividade profissional; é um membro de uma comunidade profissional, portanto científica (que gera conhecimento em sua área) e social. (LIBÂNEO, PIMENTA, 2002, p.44)

A preocupação com a transição da educação infantil para o ensino fundamental se torna mais evidente com a entrada das crianças de seis anos, possibilitada pela lei nº. 11.274 de 06 de fevereiro de 2006. A extensão do ensino fundamental já vinha sendo indicada tanto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) no. 9394/96 quanto na Lei no. 10.172 de nove de janeiro de 2001, que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE).
O PNE assume, em sua segunda meta, para o ensino fundamental: "Aumentar para nove anos a duração do ensino fundamental obrigatório, com início aos seis anos de idade, à medida que o atendimento na faixa etária de 7 a 14 anos se tornar universal" (BRASIL, 2001, p. 64)
Necessário refletir sobre as particularidades das atividades infantis, destacando o acesso ao recreativo, à diversão e ao desfrute. Estes aspetos devem (e deveriam há muito tempo) ser respeitados tanto na fase inicial da educação quanto no período de ensino primário. Torna-se imperativo lidar com as crianças de forma adequada, não apenas como um grupo de estudantes.
Para atender às crianças de seis anos no ensino fundamental, é essencial revisitar as percepções de tempo e espaço da escola, explorando outras oportunidades para além da sala de aula e adotando abordagens pedagógicas mais amplas que não se limitem ao uso de giz e quadro negro. O objetivo é integrar os aspetos físicos, biológicos, cognitivos e sociais do aprendiz, enfatizando a importância do recreio e da brincadeira no desenvolvimento total da criança.
O Ensino Fundamental passou por várias transformações em sua trajetória e foi estabelecido/fortalecido a partir da Carta Magna de 1988 como um período de oito anos obrigatórios e gratuitos de estudos em instituições públicas. Como mencionado anteriormente, devido a debates intensos fundamentados no princípio do direito universal à educação para todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 foi aprovada em 20 de dezembro de 1996 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo as disposições da Constituição Cidadã.
Conforme Saviani (2008), a referida lei teve como objetivo regulamentar os direitos e conquistas já garantidos na Constituição de 1988. Esta legislação, no contexto neoliberal das reformas dos anos 90, respaldada pela Constituição Federal de 1988, proporcionou apoio para a implementação da Lei do Plano Nacional de Educação como política de Estado em 2001, embasando outros planos governamentais específicos para o setor educacional, tanto em nível nacional quanto nos âmbitos do Distrito Federal, Estadual e Municipal, como por exemplo: as Diretrizes Curriculares Nacionais de Ensino (DCNE); os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN); o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE).
Assim como ocorreu com a primeira LDB nº 4.024/61, um longo período transcorreu entre a promulgação da nova constituição e a aprovação da Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, pois essa legislação é fruto de um longo embate, que durou cerca de oito anos, envolvendo propostas e discussões de forças opostas e diversas.
Sobre essas mudanças, Pereira & Teixeira

(2003) afirmam que:

Nas leis de educação anteriores, a prevalência da prática habitual de limitá-la ao domínio da habilidade de ler, escrever e contar tornou restritiva a sua oferta, cingindo-a, na primeira LDB, ao antigo ensino primário, e, posteriormente, na lei nº 5.692/71, estendendo aos oito anos de escolarização do primeiro grau. A atual lei, entretanto, com base em outros parâmetros, define uma concepção unificada de educação básica que abrange a formação do indivíduo desde zero ano de idade até o final do ensino médio, em três etapas consecutivas: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. (PEREIRA & TEIXEIRA 2003, p. 90)

Dentre os vários avanços expressos na lei, é importante destacar o reforço do tempo de permanência mínima na educação obrigatória e a questão da ampliação consecutivamente da gratuidade da escola pública para o Ensino Fundamental (art. 32).
Certos progressos notáveis na legislação merecem destaque, como a extensão do período mínimo de presença na educação obrigatória e a ampliação progressiva da gratuidade na educação pública para o Ensino Fundamental (art. 32).
Nesse contexto, em 2000, pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicaram que a matrícula de crianças de seis anos na 1ª série do Ensino Fundamental em escolas públicas já era uma realidade. Com a abertura do artigo 87, § 3º, inciso I, das Disposições Temporárias, que estipulava: "Cada município e, de forma suplementar, o Estado e a União, devem: I – inscrever todos os alunos a partir dos sete anos de idade e, opcionalmente, a partir dos seis anos, no Ensino Fundamental", começaram as conversas sobre a implementação dessa expansão no âmbito legislativo.
Devido às exigências legais e sociais, o primeiro parágrafo do artigo 87 das "Disposições Temporárias" (Título IX) determinou que a União enviasse, dentro de um ano a partir da publicação da LDBEN, o Plano Nacional de Educação ao Congresso Nacional.
Segundo Saviani, esse artigo conferia à União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a responsabilidade de elaborar o referido plano, abrangendo todos os aspectos relativos à organização da educação nacional para articular, conforme o artigo 214 da Constituição Federal, o ensino em seus diversos níveis e integrar as ações do Poder Público visando à "Erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica no país" (BRASIL, 1998, citado por SAVIANI, 2008, p. 17).
Dessa forma, como desdobramento de uma longa história iniciada em 1932 com o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova", a concepção de um plano educacional foi concretizada com a aprovação pelo Congresso Nacional, por meio da Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Esse plano tinha uma duração de dez anos e deveria ser avaliado regularmente pelo Legislativo e acompanhado pela sociedade civil organizada (Líbano, 2008). Saviani (2008) destaca que essa foi a principal medida de política educacional decorrente da LDB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador deve fomentar a prática da consideração e apreciação das singularidades pessoais, encorajando cada indivíduo a desenvolver sua própria identidade, respeitando o ritmo de cada um e partindo de suas inclinações. A criança vive exclusivamente sua infância; a compreensão desse estágio é incumbência do adulto. Mas quem se beneficia mais, o adulto ou a criança? O adulto reconhece as disparidades entre ele e a criança. No entanto, essas diferenças são comumente reduzidas a uma questão de grau simplesmente. Ao comparar-se com uma criança, um adulto enxerga a criança como relativamente ou completamente incapaz de realizar ações ou tarefas que ele mesmo pode executar. Essas limitações podem elucidar as discrepâncias na organização mental entre a criança e o adulto. As ocorrências em um campo influenciam o que ocorre em outros. Por exemplo, as emoções podem desencadear ou obstruir a aprendizagem. As emoções e os cenários sociais moldam as conexões cerebrais que contribuem para a atenção, concentração e memória, para a transferência e aplicação do conhecimento. Compreender como os processos de evolução se desenrolam ao longo

do tempo e interagem em diversos contextos pode propiciar formatos mais propícios aos ambientes educacionais.
Adicionalmente, as tendências globais de desenvolvimento são alteradas pelas interações entre peculiaridades individuais da criança e seus contextos familiares, comunitários e escolares. Como resultado, as crianças apresentam necessidades e percursos individuais que demandam orientação e suportes personalizados para promover um crescimento ideal em competência, confiança e motivação.
A instituição de ensino possui um método específico e singular de estruturar e apresentar situações para a aprendizagem de conteúdos culturais específicos. O cerne da instituição é o ato de ensinar. Para que a aprendizagem ocorra, é essencial um planejamento apropriado, respaldado no esforço conjunto dos educadores. Cada professor deve possuir uma preparação profissional que garanta o conhecimento e a habilidade prática, ou seja, a maestria no conteúdo e na abordagem de ensino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional de Educação Infantil. Brasília, 1998.
DUARTE, Clarice Seixas. A educação como um direito fundamental de natureza social. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, out. 2007. F
FREINET, Célestin. O jornal escolar. Lisboa: Estampa. 1974.
KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Cengage Learning, 2008.
LIBÂNEO, Carlos José; PIMENTA, Selma Garrido. Formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança, In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). Pedagogia e Pedagogos: caminhos e perspectivas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006. p. 11- 98;
PEREIRA, L. C. B.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Orgs.) Sociedade e Estado em transformação. São Paulo: Unesp, 1999.
PIAGET, Jean. A epistemologia genética, São Paulo: editora Abril Cultural, 1978.
PIAGET, Jean. Para onde vai a educação? 11. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1991.
PIAGET, Jean. O nascimento da inteligência na criança, Rio de Janeiro: editora Zahar, 1982.
SAVELI, E. L. Ensino fundamental de nove anos: bases legais para sua implantação. In: Práxis Educativa, Ponta Grossa, n. 1, p. 67-72, 2008.
SOUZA, João Valdir Alves de. Introdução à Sociologia da Educação. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009. UNESCO. Educação de qualidade para todos: um assunto de direitos humanos. 2. ed. Brasília, DF: Unesco; Orealc, 2008.
VYGOTSKY, Lev. S. A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores, São Paulo: editora Martins Fontes, 1991.
ZAGURY, Tania. Limites sem trauma construindo cidadãos. Rio de Janeiro: Editora Record, 2003.